

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MP) ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)

CARGO 9: ENGENHEIRO – ÁREA 1

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 30/8/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

De acordo com a legislação vigente que trata de licitações e contratos públicos, nos projetos básicos e executivos de obras, devem ser considerados os seguintes requisitos: segurança; funcionalidade e adequação ao interesse público; economia, possibilidade de emprego de meios locais e facilidade de execução, conservação e operação; adoção de normas técnicas, de saúde e de segurança; e impacto ambiental. Sendo assim, a empresa projetista tem a liberdade para definir a concepção estrutural limitada às condições previstas em lei. No caso de uma concepção de projeto com custo de execução elevado, ela deve ser justificada antes de ser adotada.

Apesar de a empresa projetista ter responsabilidade pelo erro apresentado na estrutura, a construtora tem responsabilidade solidária pelo erro de projeto. É obrigação da construtora analisar e levantar possíveis erros de projeto antes de executá-lo, podendo ser obrigada a sanar os vícios apresentados, independentemente da responsabilidade da empresa projetista. Se a construtora tivesse verificado o erro antes da execução, evitaria os transtornos causados pelo erro de projeto.

O fiscal da obra agiu corretamente ao encaminhar para o responsável pelo contrato da empresa projetista o problema levantado na perícia, até mesmo porque a empresa projetista deve ser ouvida antes da aplicação das sanções previstas. Entretanto, como há responsabilidade solidária por erro de projeto, ele poderia ter exigido da própria construtora a solução do problema, uma vez que é obrigação dela verificar possíveis erros de projeto.

No caso do gestor do contrato do projeto, ele deveria inicialmente ter recusado aceitar o projeto com solução de custo mais elevado. Quanto aos problemas na obra oriundos de erro de dimensionamento, ele deve notificar a empresa projetista, cobrar a correção dos erros, o refazimento do projeto e todos os custos oriundos desse erro, além de aplicar as sanções previstas no contrato, mesmo após o fim de sua vigência.